

“ECONOMIA CRISTÃ DOS SENHORES
NO GOVERNO DOS ESCRAVOS”

(Comentário)

Silvia Lara Ribeiro (*)

LIÇÕES COLONIAIS

“Economia Cristã: isto é, regra, norma e modelo, por que se devem governar os senhores Cristãos para satisfazerem às obrigações de verdadeiros senhores” (p. 49). Regras, normas e modelos que apelam para a caridade, justiça e razão, apoiados que estão nos escritores da Antigüidade Clássica e nos ensinamentos cristãos. Confundindo, como só se poderia esperar de um autor de sua época, cativo e escravidão, servo e escravo, escravidão clássica e escravidão moderna, Benci equipara semelhantemente as relações entre Deus e suas ovelhas, entre o pai e seus filhos, entre o senhor (verdadeiro) e seus escravos.

Situando a gênese do cativo no pecado original, Benci compreende a relação servo-senhor como um complexo de obrigações recíprocas (sendo a diferença destas obrigações o que distingue os dois polos). Se ao primeiro compete sujeitar-se e trabalhar para seu senhor — já que é esta a situação de Adão depois de ter pecado —, ao senhor cabe dar-lhe pão para que não faleça, ensino e disciplina para que não erre e trabalho para que não se faça insolente (p. 51): obrigações deduzidas do Eclesiástico e de Aristóteles, que mostram a concordância da razão natural e divina, do profano e do sagrado. Não há diferença entre a escravidão bíblica, clássica ou colonial-brasileira. Ou melhor: Benci não entende como, a par desta “semelhança” institucional, pode existir nesta última maior violência; como senhores cristãos e racionais podem não seguir os mandamentos da caridade, da justiça e da razão.

Assim, historicamente incapaz de apreender o “paradoxo”, Benci procura solucioná-lo. Tenta uma defesa dos escravos, sem contudo chegar a comprometer-se demais nessa tarefa. Mesmo para ele, os escravos estão

(*) Pós-graduanda em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

entre a pessoa e o animal ⁽¹⁾. Ao regular e equilibrar a instituição acaba descrevendo, justificando, esclarecendo, enfim, perpetuando-a.

Deve pois senhor dar o pão: sustentar (sem excesso ou escassez) seu escravo, assim como o pai sustenta seu filho, ou como o jornaleiro merece paga pelo seu trabalho; isto por ser o escravo (homem racional e cristão) mais que um jumento a que o dono alimenta para o trabalho. E deve *dar*, ou possibilitar tempo necessário para que os escravos plantem e façam seus mantimentos. Assim, não morrem de fome, não roubam o alheio, nem ferem a Deus trabalhando nos domingos e dias santos.

E deve dar também o vestido para que não andem despídos, e porque o “ornato dos servos é crédito dos senhores” (p. 67). Isto para que as escravas não o obtenham pelo pecado, falha mais dos senhores que delas. Deve dar a libré, e de um só feitio e cor para todos os seus escravos. E, se o senhor não tem com que vesti-los, não é justo que os tenha. Finalmente, devem os senhores cuidar deles nas enfermidades, como manda a piedade, a misericórdia e compaixão cristãs: primeiro porque são enfermos; segundo porque sendo escravos é maior seu desamparo nas doenças, por ser seu único bem a saúde e constituir a escravidão “a pior condição do homem”.

E sendo “os servos criaturas racionais, que constam de corpo e alma” (p. 83), deve o senhor também dar-lhes o sustento espiritual, ou seja: ensinar a doutrina cristã, diretamente ou através de um padre, fazer com que os servos recebam os santos sacramentos, além de oferecerem os senhores bom exemplo aos servos, a fim de não induzir ao pecado.

A terceira obrigação dos senhores é dar aos escravos o castigo para que não se acostumem a errar. E devem dá-lo quando merecido, não em excesso, pois assim a ele também se acostuariam e deixariam de temê-lo. Não se há de castigar tudo, mas deixar passar faltas menores (as originadas da incapacidade e rudeza dos pretos — p. 142) e reprimir as maiores. E, para não viciá-los, não usar de pragas e nomes injuriosos,

(1) Como o demonstram as citações que se seguem: “Já disse que os servos não devem ser tratados como jumentos; contudo, não se pode negar que os escravos, regularmente falando, participam de uma má qualidade destes animais”. (p. 176); “E sendo certo que tendes, senhores, tão estreita obrigação de ensinar aos escravos, ainda que rudes, ainda que boçais, e ainda que brutos, os mistérios da Fé...” (p. 87); “Todos sabem que entre os brutos o mais bruto é o jumento; e a este comparou o Espírito Santo o escravo... Mas em que consiste a semelhança do servo com o jumento? Na estolidez e falta do uso da razão, diz A Lápide. E pode a natureza humana chegar a estado mais lastimoso do que a ser comparada com a do bruto mais bruto? Julgue-o cada qual. Pois a tanto chega aquela criatura racional, que chegou ao estado do cativo!” (p. 216); “Tal é, senhores, o estado de um cativo. É homem, mas sem vontade, e sem entendimento; trabalha e trabalha sempre, mas sem lucro; vive, mas como se não vivesse; e sendo por natureza igual a seu senhor, porque é homem, pelo cativo se faz muito inferior e como se não fosse homem, é o mais vil, o mais abatido e o mais desprezado de todos os homens. Enfim, cativo” (p. 220).

mas sim de punição efetiva, sem sevícia (para que os senhores não degensem em brutos), como pede a razão e humanidade. Mesmo porque muitos escravos rebelam-se, fogem ou se suicidam para se verem livres de seus tirânicos senhores (pp. 157-58). Assim, não se deve passar de açoites e prisão moderados, variando na duração do tempo e não na intensidade (uma grande falta deve ser punida com um grande castigo ministrado em partes, pois senão poderiam chegar os escravos até a morte). Que haja açoites, correntes e grilhões, "tudo a seu tempo e com regra e moderação devida; e vereis como em breve tempo fica domada a rebeldia dos servos" (p. 165). E, se acaso a falta for grave demais, deve o senhor remeter o escravo à Justiça: ela e somente ela pode ministrar-lhe castigos maiores.

A quarta obrigação que devem dar os senhores aos servos é o trabalho, para que estes mereçam o sustento e não se façam insolentes contra seus senhores ou contra Deus. Os pretos mais que os brancos, aprendem facilmente a pecar quando ociosos, sendo que, de todos os vícios, preferem, pela sua própria natureza de africanos, a sensualidade e a desonestidade (p. 180). Mas não se deve dar trabalho demasiado: os senhores devem desocupar os servos nos domingos e dias santos, pois estes não foram feitos somente para os livres e forros, mas, e talvez principalmente, para os cativos que trabalham todos os outros dias. Mesmo o trabalho nos dias de serviço deve ser intermediado por este período de descanso que é a noite. O trabalho excessivo e superior às forças do escravo provoca a ira divina. Esta e outras faltas freqüentes dos senhores no trato com seus escravos seriam, para Benci, a causa das calamidades de que padecia o Brasil (praga das bexigas, guerras do tempo dos holandeses, fome, esterilidade, etc. — pp. 97, 211 e 212).

Concluindo, Benci considera o cativo o estado mais infeliz a que se pode chegar uma criatura racional. Neste estado não pode adquirir para si as riquezas e bens obtidos com seu trabalho, pois estes pertencem a seus senhores. Em segundo lugar, o cativo, ao perder a liberdade, perde o uso da vontade e também do entendimento. Terceiro, o escravo é objeto de desprezo, vilipêndio e pouca estimação. Finalmente, o cativo traz consigo a morte ou quase morte, pois tal é a vida do servo que naturalmente e fisicamente vive, mas política e civilmente está morto⁽²⁾.

Eis a proposta do jesuíta italiano quanto ao tratamento a dar aos escravos, neste verdadeiro manual que é a obra de Benci. Um manual:

(2) "O estado mais infeliz a que pode chegar uma criatura racional é o do cativo; porque com o cativo lhe vem como compêndio as desgraças, as misérias, os vilipêndios e as pensões mais repugnantes e inimigas da natureza. ... Mas porque fora nunca acabar, se houvésemos de ponderar aqui todas as pensões do cativo, apontarei somente quatro, que julgo por mais pesadas: a incapacidade de domínio; a falta do uso da razão; a pouca estimação; e a morte ou quase morte" (pp. 213 e 214).

tem o fim último de ensinar ⁽³⁾. Esta é a sua preocupação ao desenvolver e transformar seus sermões em livro. Mas, mais que ensinar, Benci quer remediar, reformar. É este o objetivo de suas lições. Quando o apelo à razão e caridade cristã se torna insuficiente, ameaça seu interlocutor com o juízo final e/ou a vingança eterna ⁽⁴⁾. E a esta pedagogia jesuítica se vincula a própria idéia de ordenação e regulamentação da escravidão, que vai desde a obrigação do castigo minuciosamente analisado, até a estipulação rígida dos aspectos exteriores (libré de um só feito e cor). Assim como se ministram os sacramentos para ordenar a consciência, se ministram castigos para ordenar o corpo.

A reedição desse texto de 1700 vem engrossar o elenco de obras coloniais postas ao alcance de todos nos últimos tempos. Louvável lembrança, pois o texto de raro parecia tender ao esquecimento. Basta comparar com as oito edições, em língua portuguesa, de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, de Antonil, contemporâneo do autor ora analisado. Se o livro de Benci alcança apenas sua terceira edição ⁽⁵⁾, não se trata, no entanto, de uma questão de qualidade. Versando embora um aspecto somente do mundo colonial, a obra do jesuíta italiano Jorge Benci revela-se aos estudiosos como valioso documento. Não só por abordar exclusivamente o escravo, elemento fundante do sistema colonial, como ainda pela possibilidade que oferece o texto de diversas leituras. Em primeiro lugar, nele aparecem (nas argumentações e contra-argumentações do autor) a visão dos senhores de escravos, as justificativas para seus atos, a descrição da prática do senhorio. Mesmo sendo este um livro que, em seu discurso, toma certo partido a favor dos escravos, não deixa de ter como interlocutor único os senhores. Interlocutor e referente último: é sobre seus atos que versa a proposta de reforma. Assim, de um lado comparece o senhor-interlocutor *idealizado*, na medida em que abandona a razão do lucro para raciocinar à luz da piedade católica e da justiça, de outro, o senhor-referente *descrito* em seu trato real com os escravos e nas suas justificativas.

- (3) "E assim, nestas três palavras, *panis, disciplina, opus*, se compreendem todas as obrigações, que não são poucas as que devem os senhores aos servos. Por isso nelas fundarei os discursos desta *Economia Cristã*, em que pretendo instruir aos senhores, especialmente aos do Brasil, no modo com que devem tratar os escravos, para que façam distinção entre eles e os jumentos; a qual certamente não fazem os que só procuram tirar deles o lucro, que interessam no seu trabalho" (p. 52).
- (4) "E se há de ser julgado sem misericórdia quem faltou à misericórdia, quanto mais quem não só faltou à misericórdia desamparando os servos enfermos, mas também à justiça? E por ventura que não espere Deus pela outra vida, mas ainda nesta dê o castigo àqueles senhores que não acodem os servos, desamparando-os em suas enfermidades" (p. 79). Olhai bem, senhores, para vossa obrigação e vede o que fazeis; porque faltando com o remédio e medicina ao vosso servo no tempo da enfermidade, provocais contra vós e contra todos os vossos a espada e vingança eterna" (p. 81).
- (5) Além das edições, há um único artigo, mesmo que de pouca monta, de Frédéric Mauro — "Economia e Humanismo no século XVII, segundo um jesuíta italiano no Brasil", publicado em *Nova História e Novo Mundo*, São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1969.

Em segundo lugar, *Economia Cristã* oferece a visão jesuítica da escravidão, situando-se no elenco de obras encabeçado pelas do Padre Vieira. Obra bem estruturada, de raciocínios sutis, que ao mesmo tempo parece crítica e é plenamente condizente com seu mundo. Sua argumentação lógico-cristã oferece caminho à melhoria de vida do escravo e inicia um discurso que se estabelecerá plenamente nos séculos seguintes, vindo em seu limite a ser crítico; mas não deixa de contribuir positivamente para seu mundo: cuidar do escravo, alimentá-lo, não fazê-lo trabalhar demais, discipliná-lo, dominá-lo com técnicas mais sutis não é, afinal, conservá-lo vivo mais tempo e, se vivo, trabalhando? Princípios cristãos e lógico-rationais empregados em defesa e manutenção do capital. Em terceiro lugar, esta obra permite perceber mais claramente as relações entre os senhores de escravos e a Igreja que, na época, também possuía engenhos e escravos. A disputa pelo poder, mesmo a disputa sutil que aparece a nível do controle das consciências, está presente neste livro.

Por fim, oferece um testemunho da condição do escravo por volta de 1700 quanto à alimentação, trabalho e castigo (seja como era, seja como deveria ser). E não somente da condição, mas de sua possibilidade de mudança violenta. Não é à toa que Benci alerta os senhores que trabalho e castigo demasiados podem levar o escravo a rebelar-se. Mas, principalmente, a estrutura da obra está imersa em "verdades" intocáveis e idéias correntes de sua época. Uma delas é a identidade absoluta entre escravos e pretos. Raciocínios diversos e múltiplos justificaram a necessidade do negro. E por escravo entendia-se negro, africano, "peça da Índia". O escravismo não podia se fazer internamente à colônia, nela e para ela promover a acumulação de capital. A colônia nunca existiu para si, mas para a metrópole. Esta e somente esta usufrui dos benefícios e lucros coloniais. Para isso era necessário o tráfico de negros da África ao Brasil. Através dele, mais lucro seria obtido e carregado para a metrópole.

No entanto, esta reedição apresenta sérias lacunas. A primeira é a da fonte de onde se tirou o texto, que inclusive aparece com algumas notas que, sem esta menção, permanecem de autor desconhecido. Ora, folheando a edição de 1954 de *Economia Cristã*, preparada, prefaciada e anotada por Serafim Leite, constata-se de imediato a matriz desta reimpressão, seja do texto em si, seja das reproduções dos frontispícios. Vale dizer que Serafim Leite utilizou o exemplar existente na Biblioteca Nacional de Roma (Vittorio Emanuele) e, como já havia feito na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, VIII (Rio de Janeiro, 1949), às páginas 100 e 101, reproduz naquela edição (e, portanto, nesta também) em similitude os dois frontispícios: o manuscrito (Bahia, 1700) e o impresso (Roma, 1705). Cota: Roma, Bibl. Vitt. Em., 12.1.A.24. A ortografia permaneceu idêntica à da reedição portuguesa de 1954, que corrigia ainda os erros do revisor de 1705, Pe. Antonio Maria Bonucci. Assim, as poucas notas externas ao texto de Benci permanecem idênticas

àquelas de S. Leite. A segunda ausência quase comprometeria esta reedição, não fosse a raridade do texto: é o não ser uma edição crítica.

Nos últimos anos tem-se assistido a grande número de reedições de textos coloniais e imperiais (relatos de viajantes, memórias de jesuítas, etc.). Quase todas são realizadas sob patrocínio governamental. A reedição de Benci não o é. Isto é importante: os textos reeditados com amparo governamental podem ser geralmente considerados como “formadores da nacionalidade”, obras que relatam as realizações e a vida do passado nacional, que guardadas as proporções nos revelam uma certa positividade desenvolvimentista que poderia ser traçada até os dias atuais... A seleção de obras não é casual. Mesmo que o texto escape ao conformismo patriótico, através da *reedição* integra-se nele. É significativo o que diz o tradutor d'*Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, de Robert Conrad (publicado em convênio com o INL e MEC): “Em minha opinião, este contraste entre o complicado e, por vezes, algo confuso estilo da época e a maneira de escrever tão atual e límpida do Autor poderá, de certo modo, com benefício, acentuar o vasto abismo de mentalidade que nos separa do ‘tempo dos escravos’” (6).

Ora, tudo isso confere maior responsabilidade às reedições *sem* patrocínio governamental, especialmente de textos que reavivam na “consciência nacional” a “nódoa” que é o “tempo dos escravos”. Já por isso mereceria o livro de Benci uma edição crítica. Se a segunda edição sofreu atualização ortográfica e algumas anotações, apresentando seus critérios no tratamento, cotejo com a primeira edição e reimpressão, não deveria esta terceira realizar um pouco mais? Não se trata apenas de um trabalho de erudição: embora o todo não seja a soma das partes, o estudo específico esclarece, informa, reconstitui o passado. Especificar, tendo em mente a visão global, é trabalho difícil e neste caso se reveste de um peso político, pois se trata de marchar contra o beneplácito e a historiografia oficiais. O “Estudo Preliminar”, que não cobre especificamente a obra de Benci, mas abarca todo o sistema colonial, não chega a suprir esta carência.

O “Estudo” principia com uma análise da historiografia nos últimos quarenta anos, reclamando da tardia entrada da análise marxista na história moderna. Pretendem os autores participar dos debates acerca da estrutura do antigo sistema colonial ao invés de seguir a “idéia inicial de fazer preceder esta reedição... de uma simples apresentação que lhe ressaltasse a importância para o estudo do escravismo colonial...”. Para eles é a própria lógica do pensamento do jesuíta que exige “considerações mais amplas sobre a verdadeira natureza das relações sociais de produção predominantes nas colônias” (p. 9). No entanto, na página se-

(6) CONRAD, Robert — *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*, trad. de Fernando de Castro Ferro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Brasília, INL, 1975 (p. XXII).

guinte voltam atrás: “resolvemos tomar a nosso cargo a empresa de desenredar as contradições em que se envolvera o autor de *Economia Cristã*, pois, não somente vislumbramos nelas uma manifestação dos antagonismos mais profundos da sociedade colonial, como consideramo-las o caminho mais seguro para desvendar-se sua verdadeira natureza”.

Entretanto, oscilando entre considerações mais amplas ou mais específicas, no que toca à obra reeditada propriamente, figuram algumas reflexões mais indicativas que propriamente analíticas: juntamente com as obras de Azeredo Coutinho e Antonil, a de Benci desvenda questões significativas para o estudo do escravismo, apresentando categorias de análise do sistema colonial. Benci, junto com Antonil, Vieira, Manuel Ribeiro Rocha e Azeredo Coutinho, já permite compreender que “a violência era não só o sustentáculo da escravidão como a condição necessária para garantir a lucratividade dos investimentos nas condições do mercado mundial...” (p. 32). Por outro lado, os Autores contrapõem a visão moral de Benci, voltado para épocas passadas, cujo paradigma de análise é a sociedade patriarcal escravista da Antigüidade, à visão racional de Antonil, que se faz intérprete da ética mercantil, exaltando o “homem de cabedal e governo”, solucionando na prática, assim como os senhores, a contradição entre a preservação do escravo e sua máxima exploração em favor desta última. Benci, pretendendo apresentar normas de conduta para os senhores de escravos fundadas teológica e filosoficamente, estabelece um código ético baseado em uma razão que contradiz a “razão do senhor”. Assim, sua nova regulamentação das relações senhores-escravos, sua reforma da escravidão está fadada ao fracasso. Ora, é justamente este reformismo de Benci, a par do pragmatismo de Antonil, contemporâneos, que importa explicar: como, na mesma época, dois homens de mesma posição social puderam e pensaram segundo vertentes quase antagônicas, dirigindo-se aos mesmos interlocutores. Eis o que este “Estudo Preliminar” não resolve.

De outro modo, se os autores pretendem permanecer no debate acerca do sistema colonial, deixaram de mencionar ponto importante, ainda mais em se tratando de introduzir obra que discursa sobre escravos no Brasil: é o fato de que, aqui, o escravo deva ser necessariamente preto. Ora, justificar e explicar a compulsoriedade do trabalho na colônia sob a forma de coerção escravista, e mostrar o caráter capitalista desta mesma coerção, não basta. Não se estaria, desta maneira, endossando todos os “preconceitos” correntes de que o preto é escravo e que, sendo escravo, é preto? Se no Brasil Colonial os escravos foram pretos, isto não se deu somente porque os índios eram maus trabalhadores, não se sedentarizavam, etc., etc... Bastem, como refutação, as missões jesuíticas e São Paulo seiscentista. Não é suficiente mencionar esta questão em apenas dois momentos do texto. E mesmo que se tome partido por uma das teses referentes à questão da necessidade do escravo *africano* no Brasil, é preciso marcar aí a existência da polêmica. Há autores, como Fernan-

do Antonio Novais, que afirmam que o tráfico negreiro não foi apenas um instrumento de abastecimento das colônias em escravos, mas sim setor importante do comércio colonial, fluindo para a metrópole a acumulação gerada no comércio de africanos, o que vem a completar o quadro de todo o comércio colonial, da exploração ultramarina.

Finalmente, unamos o princípio e o fim do “Estudo Preliminar”. Se começam criticando várias correntes historiográficas (mas sem citar os autores) e marcando a contribuição da análise marxista à renovação dos estudos da história moderna, terminam os autores por comparar, ou melhor, justapor Marx e Benci: o artigo finda com duas citações, uma de Benci que descreve o árduo trabalho do escravo e outra de Marx que mostra a crueldade da exploração capitalista. Ora, esses trechos, extraídos de seu contexto, são realmente muito parecidos. Remetem à questão que haviam apontado antes (p. 37): da “consciência cindida” e da “praxis”. Mas o que pretendem os autores com esta justaposição? Colocar Benci em linha de continuidade com Marx? Isto é o que *parece* ser quando lemos trechos isolados. Entretanto, se recolocarmos esses trechos em seus lugares de origem, e se aí os lermos, não será possível equiparar o reformista-conservador ao revolucionário. Se Benci acusa o enorme trabalho de escravo, é para atenuá-lo, reformá-lo *para que se perpetue*, não para aboli-lo.

Querer enxergar em autores do Setecentos categorias analíticas marxistas é crer nos “precursores”, na continuidade histórica. Querer ver em Benci um pensamento que adere à *classe oprimida*, porém não assumindo todas as implicações decorrentes desta adesão, é esquecer que este autor, longe de defender os escravos, está do lado da *classe opressora*, preocupado em ensinar os senhores a manter, explorar e dominar *seus* escravos, enfim, a preservarem-se enquanto senhores. É lição de domínio, de poder, *realizada entre aliados*.

BENCI, Jorge (S. J.) — *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (Livro brasileiro de 1700)*, estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei M. M. Mendes, São Paulo, Ed. Grijalbo, 1977.